

Congresso termina o ano com a imagem arranhada

Geraldo Magela

ROSE ANE SILVEIRA

O Congresso Nacional, que começou o ano prometendo cara nova e apostando na credibilidade do Legislativo, não conseguiu, a exemplo do governo Fernando Henrique, se livrar dos escândalos. Em nove meses de trabalho, o parlamento foi abalado por mais de 20 casos de corrupção ou irregularidades que comprometeram direta ou indiretamente, a sua credibilidade. Deputados e senadores fecham 95 tentando se livrar de pelo menos três problemas: denúncias de extorsão por parte de integrantes da CPI dos Bingos, suspeitas de tráfico de influência que pesam sobre o senador Gilberto Miranda (PMDB/AM) no caso Sivam e o mistério que envolve a já famosa "pasta cor-de-rosa", que teria o nome de 40 políticos financiados pelo Banco Econômico.

Também causaram desgastes denúncias de corrupção dos relatores, na Câmara, das propostas de emendas constitucionais do gás canalizado, navegação de cabotagem e petróleo. Dois casos de "piano" — quando um deputado ou senador utiliza o código de votação de outro parlamentar para registrar mais de um voto — aconteceram na Câmara em 95. Os códigos utilizados foram



Acusado de suborno, Chedid ajudou a denegrir a imagem do Congresso

os dos deputados Moisés Lipnik (PTB-RR) e Mário Cavallazi (PPB-SC). Até hoje a Corregedoria da Casa não conseguiu descobrir os "pianistas".

Transparência — Na avaliação dos congressistas, o fato de tantas denúncias virem a público significa que o Legislativo está trabalhando com transparência e tentando limpar a imagem da Casa. "Esta é uma nova característica da democracia brasileira, não deixar nada sob sus-

peita", afirma o líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE).

"Essa busca pela transparência não é só no Congresso, mas em toda sociedade. E quem tiver rabo de palha, vai sair queimado", adverte. Para o líder do Governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), o mais importante é que o Congresso "termina o ano com um saldo positivo, tendo votado toda a reforma econômica e iniciado as reformas do capítulo social".